

GESTÃO ESTATAL NO BRASIL

Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP*

O projeto de pesquisa **Gestão Estatal no Brasil**, realizado pela FUNDAP/IESP, constitui-se num acompanhamento abrangente e contínuo da atuação do setor público no âmbito federal. Examinam-se as diretrizes e os principais resultados da ação pública nas áreas da política econômica em geral e das políticas fiscal, financeira e social em particular, bem como a condução dos grandes grupos estatais federais.

Os resultados do projeto têm sido divulgados através de publicações sintéticas. Estas publicações reúnem resumos das principais medidas implementadas em cada campo e tabelas que retratam seus impactos, e ainda análises a respeito dos condicionantes e do conteúdo da estratégia de intervenção dos gestores públicos. O público-alvo das publicações abrange tanto profissionais especializados quanto todos que se interessam pelo debate a respeito dos rumos da gestão do setor público federal.

A primeira de tais publicações - "Gestão Estatal no Brasil: a cumulidade inflacionária ameaçada" - aborda o ano de 1989, visto como momento culminante dos processos de desestruturação do setor público e de deterioração do quadro macroeconômico que marcaram a década de 1980, conduzindo a uma ameaça aberta de hiperinflação. A análise apresentada nessa publicação procura avançar em relação à ética que restringia as dificuldades financeiras do setor público e a instabilidade da economia a uma incapacidade de promover um ajuste nos fluxos de receitas e despesas fiscais, não só ao reconhecer os graves constrangimentos à ação do Estado colocados pelos grandes estoques de dívidas externa e interna, mas, sobretudo, ao apontar as dificuldades para o saneamento do Estado advindas da avançada corrosão do seu caráter público.

Uma segunda publicação - "Gestão Estatal no Brasil: limites do liberalismo" - examina o

período do governo Collor. Partindo da constatação de que a profundidade da crise econômica dos anos 80 evidenciara o esgotamento do antigo estilo de gestão estatal e de que naquela década a política econômica limitara-se a administrar o quadro de extrema instabilidade, examina-se a tentativa do governo Collor de enfrentar a crise através da adoção do receituário neoliberal como eixo da gestão estatal.

A análise revela que essa tentativa de impor a agenda neoliberal, além de agravar as carências e as desigualdades sociais, não deu conta dos impasses e conflitos associados à desarticulação do padrão de desenvolvimento e à grande heterogeneidade dos interesses na sociedade brasileira. Renunciando a negociar e coordenar a reestruturação do nosso complexo parque industrial, a ação pública não definiu um horizonte de superação da crise.

A incapacidade de transformar de modo construtivo e inovador as relações entre os setores público e privado esteve na raiz do fracasso do intento de implementar uma liberalização rápida e profunda, e responde pela superação apenas parcial do caráter protelatório da gestão estatal, refletida na persistência

da instabilidade e da incerteza.

***Realização: Instituto de Economia do Setor Público - IESP/FUNDAP (diretor responsável: Rui de Britto Álvares Affonso; coordenador: José Geraldo Porugal Júnior).**
